



Os contentores têm sido um dos motores do crescimento exponencial e consistente de mercadorias movimentadas no porto de Sines. Para 2017, mas principalmente para 2018 e anos seguintes, a subida vai intensificar-se

PORTOS

# Contentores no porto de Sines vão crescer mais 5% este ano

José Luís Cacho, presidente da APS, prevê rota ascendente na movimentação de contentores para este ano, mas ainda mais acentuada em 2018 e anos seguintes, devido às novas rotas e armadores já programados e negociados para o porto alentejano.

**NUNO MIGUEL SILVA**  
nmmsilva@jornaleconomico.pt

O porto de Sines bateu novos recordes de movimentação de mercadorias no ano passado, mas promete voltar a crescer no presente ano. Na primeira entrevista concedida desde que está à frente do porto alentejano, José Luís Cacho revela ao Jornal Económico que "o negócio dos contentores no porto de Sines vai voltar a crescer em 2017".

"A nossa perspetiva de crescimento da carga contentorizada para este ano é de cerca de 5%", revela José Luís Cacho, presidente da APS – Administração dos Portos de Sines e do Algarve. Recorde-se que no final do ano passado, o terminal de contentores do porto de Sines, designado Terminal XXI e gerido pela PSA, de Singapura, atingiu um

montante histórico de 1.513.083 TEU (medida-padrão equivalente a contentores com 20 pés de comprimento), o que representou uma subida de 13,6% face ao exercício precedente. Se se confirmarem estas previsões do presidente da APS, a movimentação de contentores no porto de Sines este ano deverá aproximar-se de 1,6 milhões de TEU.

Mas José Luís Cacho promete uma subida ainda mais significativa nesta componente de carga do porto de Sines para o próximo ano: "temos a perspetiva de conseguir um crescimento mais acentuado da carga contentorizada em 2018 e anos seguintes". O presidente da APS adianta que a PSA tem conseguido negociar novas linhas e novos armadores internacionais para escalar o porto de Sines, mas escusou-se a revelar os nomes dos mesmos.

Há novas linhas e novos arma-

dores negociados e programados para escalar o porto de Sines. Os novos pontos de destino são cada vez mais dominados pelos portos do Pacífico, uma vez que se começa já a sentir o efeito do alargamento do Canal do Panamá", explica José Luís Cacho.

O crescimento do porto de Sines na carga contentorizada tem sido exponencial e consistente nos últimos anos. Em 2004, quando ocorreu a primeira movimentação de contentores com alguma expressão no porto alentejano, atingiram-se cerca de 250 mil TEU. Doze anos depois, o porto de Sines movimentou 78 vezes mais, integra o 'top 100' mundial e é o terceiro ibérico neste segmento.

Além da APS e da PSA, outro responsável por este crescimento é a MSC Portugal, integrado no segundo maior armador mundial, do

mesmo nome. Em seis anos, a MSC duplicou o número de navios a escalar portos nacionais, tendo passado de 467 para 934 escalas, com destaque para o porto de Sines.

Quanto às restantes componentes de carga no porto de Sines, as expectativas para o presente ano também são positivas, mas são menos consistentes no segmento de

granéis líquidos (combustíveis) e de granéis sólidos (carvão, por exemplo).

"Este tipo de cargas tem tido altos e baixos, muitas vezes em função de questões aleatórias. Passa-se isso com o *crude*, para a refinaria da Galp, em função do mercado internacional, ou com o carvão para a central da EDP", esclarece o presidente da APS.

Sobre estas componentes de carga, José Luís Cacho prevê que seja difícil atingir em 2017, o volume de carga movimentado no ano passado. "Os volumes que atingimos em 2016 vão ser menores este ano, porque a monboia da refinaria da Galp em Matosinhos esteve em manutenção o ano passado, o que desviou carga do porto de Leixões para aqui. Mas este ano, a monboia já está operacional", alerta o presidente do porto de Sines.

**Desde 2004, primeiro ano com alguma expressão nos contentores, este segmento já se multiplicou por 78 vezes no porto de Sines.**



Mário Proença/Bloomberg

### TALL SHIPS SINES VALE CINCO MILHÕES DE EUROS

A Tall Ships Sines 2017 vai decorrer naquela cidade alentejana de 28 de abril a 1 de maio próximos, sendo a anfitriã de um evento que já várias vezes animou Lisboa e o Tejo nos últimos anos.

"Tivemos a concorrência de grandes cidades portuguesas, muito importantes, mas conseguimos ganhar. Este é um grande evento que vai trazer a Sines milhares de visitantes", sublinhou Nuno Mascarenhas, presidente da Câmara Municipal de Sines, em declarações ao Jornal Económico. Questionado, o autarca revelou que as previsões apontam para um total de cerca de 200 mil visitantes ao longo dos quatro dias do evento. Recorde-se que em anteriores edições em Lisboa, o Tall Ships trouxe à capital portuguesa entre 600 mil e 800 mil visitantes, mas Sines não tem nem a mesma projeção, nem a mesma infraestrutura hoteleira. "Já estão confirmados para Sines 20 grandes veleiros", adianta Nuno Mascarenhas. Sobre as previsões de entrada de receitas para o município derivada deste evento, o presidente da Câmara Municipal de Sines, socorre-se do paralelo de outro evento que é realizado em Sines há vários anos, o FMM - Festival Músicas do Mundo. Este festival traz, em média, cerca de 100 mil visitantes a Sines e Nuno Mascarenhas revela que a receita daí obtida para o concelho alentejano ascende a cerca de 2,5 milhões de euros. Se extrapolarmos para o Tall Ships, em que se prevêem cerca de 200 mil visitantes, as receitas para a cidade de Sines poderão atingir cerca de cinco milhões de euros, mas o valor pode ser bem superior porque, em princípio, o público típico deste tipo de evento deverá ter maior poder de compra do que o que é frequentador do FMM. Nuno Mascarenhas adianta que estão a ser preparadas zonas de apoio ao Tall Ships, centradas na Avenida Vasco da Gama e na estrutura do Castelo de Sines, com eventos culturais, concertos de música e espaços de gastronomia. *NMS*

# Gás natural é opção para garantir energia para os terminais

O líder da Comunidade Portuária de Sines considera prioritário encontrar uma solução antes que o abastecimento de energia ao porto entre em rutura.

Com a atividade do porto de Sines em contínuo crescimento, em particular no Terminal XXI (contentores) e no terminal da REN - Redes Energéticas Nacionais (GNL - Gás Natural Liquefeito), o consumo de energia no porto de Sines tem disparado nos últimos anos. Para evitar atingir um ponto de saturação ou de rutura sem alternativa à vista, que prejudicaria a atividade do porto e das empresas que nele operam, Jorge d'Almeida, recém-eleito presidente da CPSI - Comunidade Portuária de Sines, revelou ao Jornal Económico que uma das prioridades do seu mandato será encontrar uma solução para o abastecimento de energia ao porto alentejano e aos respetivos terminais.

"O crescimento da atividade dos terminais do porto de Sines, nomeadamente do Terminal XXI e do terminal da REN, que são grandes consumidores de energia, obrigam-nos a estudar este assunto e a encontrar uma solução antes que se torne um problema", disse Jorge d'Almeida, nas primeiras declarações à comunicação social desde que assumiu este novo cargo à frente da CPSI, organização que representa as empresas que operam no porto de Sines.

Este responsável sublinha que "temos de encontrar uma solução sustentável, ambiental, que aumente a capacidade de fornecimento de energia ao porto de Sines e aos seus terminais, numa tarefa que vai envolver todos os parceiros da CPSI".

"Estamos a estudar as soluções tradicionais de energia, mas também as menos tradicionais. Entre outras alternativas, estamos a olhar para o gás natural. E temos de pensar na solução com um sentido de longo prazo, porque o que pode ser mais económico ao fim de três anos, pode não ser o mais económico ao fim dos próximos trinta anos", avisa Jorge d'Almeida. O presidente da CPSI prevê "identificar uma solução nos próximos seis meses". Hoje em dia, a energia para o porto e para os terminais de Sines é fornecida pela EDP, embora a responsabilidade desse fornecimento seja da APS - Administração dos Portos de Sines e do Algarve.

Outra das prioridades de atuação

elencadas por Jorge d'Almeida é criar um parque logístico para instalação de indústria ligeira em Sines, designadamente especializada em embalagem, etiquetagem e rotulagem, "para fazer de Sines um centro de distribuição e logística moderna para todo o mundo".

Uma terceira área preferencial de atuação ao longo do mandato de Jorge d'Almeida será estudar "a probabilidade de fazer de Sines uma plataforma de apoio à indústria 'off shore", ou seja, em pleno Oceano Atlântico. Em causa está a possibilidade de fazer da plataforma logística de Sines um centro de apoio à instalação e desenvolvimento de empresas para fabrico, montagem e expedição de equipamentos ligados à extração petrolífera ou de gás natural, montagem de parques eólicos marinhos ou exploração de recursos marinhos submarinos, uma vertente que poderá ser exponenciada quando e se a proposta portuguesa entregue na ONU - Organização das Nações Unidas para o alargamento da

nossa ZEE - Zona Económica Exclusiva for aceite.

Uma derradeira prioridade escolhida por Jorge d'Almeida para a sua presidência da CPSI será "a continuação da desburocratização da Alameda", especialmente no que respeita à papelada ainda necessária para os contentores em trânsito. "Ainda há barreiras que todos têm interesse em ultrapassar", defende este responsável.

"Mas, acima de tudo, quero dar continuidade ao excelente trabalho da direção anterior, que quero enaltecer pelo trabalho notável que proporcionou este grande crescimento do porto de Sines nos últimos anos", concluiu Jorge d'Almeida nestas declarações prestadas ao Jornal Económico.

Jorge d'Almeida sucede a Carlos Vasconcelos, presidente da MSC Portugal, à frente da CPSI, representando a Agepor - Associação dos Agentes de Navegação de Portugal. A atual direção da CPSI é ainda integrada por Rui Cruz, administrador da Switzer, empresa de rebocadores pertencente ao maior armador mundial, o grupo dinamarkés A. P. Moeller/Maersk; e por Paulo Mestre, presidente da REN Atlântico.

A mesa da assembleia geral da CPSI é presidida por José Luís Cacho, líder da APS, sendo o secretário da mesa Carlos Catarino, administrador da Wilhelmsen Ships Service Portugal. Por seu turno, o conselho fiscal é presidido por Fernando Carmo, dirigente da Ordem dos Despachantes Oficiais, tendo como vogais Jaime Damas, administrador da Sitank Navegação e Logística; e por Álvaro Pereira Correia, dirigente do SINDPORSI-NES - Sindicato dos Trabalhadores Portuários de Sines.

A CPSI foi criada a 9 de junho de 2011 e integra os principais agentes económicos com atividade nesta infraestrutura portuária. Entre as empresas que operam na área do porto de Sines destacam-se a EDP, Galp, Repsol, REN, PSA, Portsines (do grupo ETE - Empresa de Tráfego e Estiva, responsável pela gestão do terminal multiusos), Sitank e a Ecoslops (que recicla resíduos de combustíveis dos navios). *NMS*



**FRANCISCO MENDES PALMA**  
CEO da AICEP  
Global Parques

O presidente da AICEP Global Parques, empresa pública que gere 2.374 hectares na ZILS - Zona Industrial e Logística de Sines, dos quais 57% estão já ocupados, disse ao Jornal Económico que "temos tido muitos contactos e pedidos de propostas concretas a solicitar-nos esclarecimentos e informações sobre áreas, valências e valorizações dos terrenos disponíveis". "Estamos já num estágio mais avançado, a seguir aos primeiros contactos, com mais profundidade, por parte de investidores do Oriente (asiáticos), do Médio Oriente e europeus", revelou Francisco Mendes Palma. O presidente da AICEP Global Parques diz que em relação aos investidores estrangeiros interessados nos terrenos da ZILS "tem havido uma predominância do setor energético, desde as renováveis às não renováveis", mas, tendo em conta o atual estado de conversações, admite que "difícilmente iremos ter alguma coisa a ser construída ainda este ano". *NMS*



**NUNO MASCARENHAS**  
Presidente da Câmara  
Municipal de Sines



**JORGE D'ALMEIDA**  
Presidente da CPSI -  
Comunidade Portuária  
de Sines

A ligação ferroviária do porto de Sines a Espanha é um assunto que não preocupa tanto o presidente da CPSI porque Jorge d'Almeida considera que o atual Governo já assumiu este projeto como uma prioridade nacional, esperando que ele avance no terreno em breve.